

PROVA ESTUDO MOSTRA QUE NÍVEL DO MAR USADO PARA DEFINIR IMPOSTO ESTÁ DESATUALIZADO

Estudo questiona referência usada para cobrar a taxa de marinha

Linha da preamar usada para definir territórios da União não existe há quase 200 anos

KENIA AMARAL

Se você é morador de algum terreno da União e se sente injustiçado por ser obrigado a pagar a taxa de marinha, poderá ficar muito mais indignado ao saber que a linha da preamar de 1831 – que até hoje é usada para definir os territórios federais – não existe mais há quase dois séculos.

A afirmação é do engenheiro cartógrafo e oficial da Marinha aposentado, Obéde Pereira Lima, de Santa Catarina. Ele fez sua tese de doutorado sobre o nível da maré em 1831. O local de estudo foi a ilha de São Francisco, no Estado catarinense.

Ao se utilizar de vários cálculos e métodos cartográficos, o engenheiro descobriu que a linha preamar de 1831 não se encontra mais da mesma forma, mas sim submersa. A mudança física, segundo Lima, foi causada pelo aquecimento das calotas polares. “Ao delimitar a preamar de

1831 para definir os terrenos de marinha, a União acreditava que o nível médio do mar não se alteraria ao longo do tempo. Mas, com o degelo das calotas polares, comprovado através de vários estudos, a maré mudou. Na costa sudeste de Santa Catarina, a variação do nível do mar subiu 38 centímetros por século. Portanto, quase dois séculos depois, a maré subiu 66 centímetros”, diz.

Diante de tal cenário, se o mar invadiu a linha que limitava o começo e o final dos terrenos de marinha, os territórios deixaram de existir por estarem submersos. Portanto, na opinião de Obéde Lima, a União não deveria continuar cobrando um imposto em cima de algo que foi tomado pelo mar.

Repercussão. O estudo, finalizado em 2002, foi apresenta-

do a um integrante da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) durante um seminário. Mas, não há possibilidade de o órgão rever a legislação sobre a taxa de marinha.

“Só existe uma única explicação para o fato de a SPU ignorar a inexistência da linha preamar de 1831: ganância. No seminário, o integrante da SPU me respondeu que o ‘Governo não investe onde não tem retorno. Se tivesse que restituir as propriedades aos verdadeiros donos e devolver as importâncias devidas aos contribuintes, ele iria perder dinheiro’”, critica.

Obéde Lima virá ao Espírito Santo na próxima quarta para participar do seminário “Terreno de marinha: novos rumos para o debate”, que será realizado na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Ele irá apresentar a tese de doutorado.

Seminário vai discutir o imposto

A Faculdade de Direito de Vitória (FDV) está promovendo o seminário “Terreno de marinha: novos rumos para o debate”, que será realizado no auditório da própria faculdade, na próxima quarta-feira, dia 6. Além do engenheiro cartógrafo Obéde Lima, outros profissionais ligados ao tema também foram convidados. Entre eles, o gerente regional da SPU, Edmar Fraga, o universitário Gabriel Coimbra e o professor Aloísio Kroling, da FDV. Serão oferecidas 300 vagas. A entrada é gratuita, mas é preciso se inscrever antes pela Internet. O endereço eletrônico é www.fdv.br. Telefone: (27) 3200-3672.

Taxa polêmica

Pode estar errado o argumento utilizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para cobrar a taxa de marinha de quem mora em terrenos que pertencem à esfera federal.

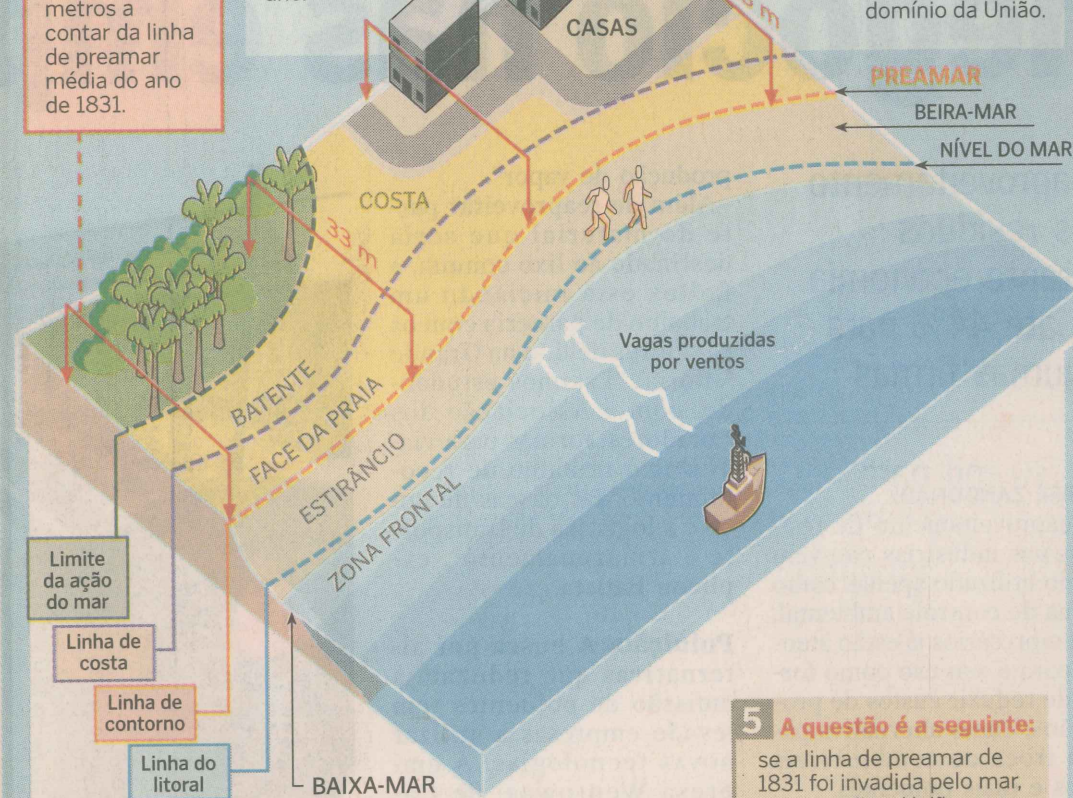
O engenheiro cartógrafo de Santa Catarina, Obéde Pereira Lima, que é oficial aposentado da Marinha, fez sua tese de doutorado contestando a cobrança da taxa

COMO É HOJE

As áreas conhecidas como terrenos de marinha correspondem à faixa de 33 metros a contar da linha de preamar média do ano de 1831.

Portanto, os terrenos da União são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado de situação da costa brasileira naquele ano.

Os terrenos que se formaram a partir da linha de preamar média do referido ano, em direção ao mar, tanto os aterros como aqueles resultantes do recuo do mar no tempo, são denominados acrescidos de marinha, que também são áreas de domínio da União.



O QUE DIZ O PESQUISADOR

1 A pesquisa foi para encontrar a linha de 1831. O resultado, no entanto, foi uma surpresa.

2 A União demarcou a data (1831) sem dados científicos. Acreditando que a maré nunca iria mudar de posição, ela estabeleceu aquele limite para conseguir arrecadar mais impostos da população.

3 Pelos cálculos de Obéde Lima, a maré sobe 38 centímetros a cada século devido ao degelo das calotas polares.

4 Portanto, de 1831 até 2005, a maré cresceu cerca de 66 centímetros, o que afetou as demarcações geográficas de todo mundo – inclusive a do país.

5 A questão é a seguinte:

se a linha de preamar de 1831 foi invadida pelo mar, como então a União continua cobrando um imposto e delimitando os terrenos de marinha com base em algo que já não existe mais? Isso, na visão de Lima, é totalmente inválido.

6 Uma cópia da tese de doutorado, apresentada em 2002, foi cedida à SPU, em Brasília, mas, infelizmente, o órgão não reviu sua posição e continua cobrando o imposto dos cidadãos brasileiros.